



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638953 - PR (2021/0003807-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : MAURO SERGIO MARTINS DOS SANTOS E OUTRO  
**ADVOGADOS** : MAURO SERGIO MARTINS DOS SANTOS - PR054394  
REBECA CRISTINA SILVA PINTO - PR095232  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : GLEISSON DOS SANTOS BISPO DE OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GLEISSON DOS SANTOS BISPO DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0072267-51.2020.8.16.0000).

O paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta a falta de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva. Aduz que, muito embora o paciente seja reincidente, é jovem, trabalhador, arrimo de família e não integra organização criminosa, situação que não justifica o cárcere cautelar.

Afirma que estão presentes os requisitos para a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas, previstas no art. 319 do CP.

Ressalta que o paciente possui quatro filhos com menos de 9 anos de idade, que dependem da sua assistência, hipótese que lhe confere o direito à prisão domiciliar.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, com a expedição de alvará de soltura. Subsidiariamente, pugna pela aplicação de medidas cautelares diversas do cárcere ou, ainda, a concessão de prisão domiciliar. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois do voto

condutor se extrai (fls. 121-124):

No caso em apreço, nota-se, em uma análise sumária, que o Magistrado de primeiro grau esteve atenta às particularidades do caso concreto, corretamente avaliando a periculosidade social do Paciente com base na gravidade concreta do delito praticado, especialmente no que diz respeito ao fato de ter sido preso em flagrante nestes autos enquanto usufruía de liberdade provisória a ele concedida nos Autos nº 0047343-65.2019.8.16.0014, no dia 24 de julho de 2019, quando foi preso em flagrante pela suposta prática do crime de receptação.

Ademais, consta, ainda, nas informações processuais acostada na mov. 9.1 que o paciente possui condenações pela prática do crime de furto qualificado e de receptação.

[...]

Ademais, eventuais condições pessoais favoráveis do agente não têm o condão de, isoladamente, de desconstituir a custódia preventiva, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre no presente caso.

[...]

Quanto a breve menção acerca da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), em atenção ao que traz a Recomendação nº 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça e da concessão da prisão domiciliar ao paciente, observa-se que tais assuntos não foram abordados pelo Juiz a quo, motivo pelo qual deixo de analisar, sob pena de supressão de instância.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente